



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 26439399/2023-GTED/SR/PF/AP

Processo nº 08361.006099/2022-80

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, incluindo o fornecimento dos materiais necessários, visando à Recuperação do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio, existente no prédio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Macapá, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	PART NUMBER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Central EDWARDS com sistema de quatro loops com um loop de 250 pontos instalados, 120 Vac, português	IO1000G-PG	UN	1	R\$ 15.246,98
2	Painel repetidor EDWARDS, LCD de 80 caracteres, Sistema comum de indicadores e controles, 24Vdc, português	RLCD-C	UN	1	R\$ 7.035,60
3	Fonte de alimentação EDWARDS 10A / 120Vac	BPS10A	UN	1	R\$ 7.026,51
5	Mão de Obra	-	UN	1	R\$ 24.540,00

- 1.1.1. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

1.2. Descrição básica dos serviços:

- 1.2.1. A Contratada deverá promover a retirada da central atualmente instalada, bem como realizar a instalação, programação e start-up da nova central.
- 1.2.2. A Contratada deverá promover a retirada do painel repetidor instalado, bem como realizar a instalação, programação e start-up do novo painel repetidor.
- 1.2.3. A Contratada deverá promover a instalação da fonte de alimentação específica para a central EDWARDS.
- 1.2.4. A Contratada deverá realizar testes operacionais no sistema, com o objetivo de verificação de funcionamento de cada uma das funções dos circuito de detecção, alarme e comando a ele interligados.
- 1.2.5. Por fim, ao término dos serviços, a Contratada deverá produzir laudo técnico, devidamente assinado pelo(s) responsável(is) técnico(s), atestando o devido funcionamento dos equipamentos instalados e consequentemente que o sistema de detecção e alarme de incêndio está operando em perfeitas condições.
- 1.2.6. Durante a realização dos serviços, caberá à Contratada o desligamento, a desmontagem, a retirada e o transporte da central desativada. Todos os componentes que não serão reaproveitados deverão ser relacionados e acondicionados pela Contratada em local indicado pelo Contratante, não sendo permitido o acúmulo desses materiais no local do serviço, ou em locais não autorizados. Ao final dos trabalhos, toda a área compreendida pelos serviços deverá ser totalmente limpa e recomposta.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O presente processo visa a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para recuperar o sistema de detecção e alarme de incêndio existente na Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá. Tal sistema não é capaz de operar a algum tempo, devido a danos na fonte de alimentação e no painel repetidor, o que causa vulnerabilidade na instalação predial. Além disso, o modelo da central de incêndio está obsoleto não possuindo suporte técnico, como também compatibilidade com os novos painéis repetidores fornecidos no mercado.
- 2.2. Considerando que a fonte de alimentação e o painel repetidor do sistema estão danificados.
- 2.3. Considerando que o modelo da central de incêndio está descontinuado, sendo necessário a substituição por nova central compatível com os demais equipamentos instalados (detectores de fumaça e detectores de temperatura, acionadores manuais, painel repetidor e sinalizadores audiovisuais), ou seja, do mesmo fabricante dos equipamentos devido a peculiaridades dos protocolos de comunicação. Sendo a central EDWARDS IO1000G-PG o modelo substituto da central instalada atualmente, conforme informações do fabricante EDWARDS.
- 2.4. Considerando que o Sistema de Detecção e Alarme Contra Incêndio é item de segurança implantado no prédio e não se encontra funcionando.
- 2.5. Dado o exposto, se faz necessária a contratação de empresa especializada para recuperar a capacidade operacional do sistema de detecção e alarme de incêndio a fim de manter a segurança dos ocupantes do prédio, bem como a integridade do patrimônio físico da Superintendência Regional da Polícia Federal em Macapá.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. A natureza do presente objeto se enquadra na classificação de serviços comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas.
- 3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única no seguinte endereço: Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá, localizada no entroncamento das rodovias Norte-Sul e BR-210, Bairro Infraero, Macapá/AP, CEP 68908-910 – Amapá/AP, durante o horário do expediente administrativo.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado
- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 6.1.7. paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - 6.1.8. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
 - 6.1.9. responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
 - 6.1.10. responder pela direção e responsabilidade técnica pelos serviços prestados, obrigando-se a obedecer aos procedimentos de trabalho, exigências decorrentes da prestação dos serviços e da boa técnica da Engenharia, normas de fabricantes, regulamentos e instruções aplicáveis.
 - 6.1.11. indicar profissional especializado em Sistema de Detecção e Alarme Contra Incêndio, com registro no CREA com ART quanto à autoria da prestação dos serviços previstos nas etapas do OBJETO deste termo de referência.
 - 6.1.12. a Contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços executados, dando por eles total garantia, a execução dos serviços deverá ser orientada por profissional habilitado com registro ou visto no CREA. Deverá utilizar equipamentos e ferramentas adequados e obedecer aos critérios de segurança aplicáveis ao serviço

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (\text{TX Percentual da taxa anual} = 6\%)$	$\frac{(6/100)}{365}$	$= 0,00016438$
--	-----------------------	----------------

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 12.1.1. O objeto será cumprido e pago, em medição única, apenas após seu recebimento definitivo, ou seja, quando não houver nenhuma pendência quanto a vícios, defeitos ou incorreções, não havendo a necessidade de exigência de garantia.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 01 (um) ano, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. O prazo estabelecido é necessário por se tratar de um bem de alto valor agregado e complexidade tecnológica.
- 13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 13.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 13.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 13.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 13.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.1.6. não mantiver a proposta.
- 14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.3. multa moratória de **0,33% (trinta e três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;
- 14.3.1. multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

SÉRGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

Agente de Polícia Federal

Mat. 23612

GTED/SR/PF/AP

JOÃO VICTOR MELO COUTINHO

Agente de Polícia Federal

Mat. 23600

GTED/SR/PF/AP

Reconheço:

ALBERTO CARLOS E SILVA

Agente Administrativo

Mat. 12620

Chefe do SELOG/SR/PF/AP

Autorizo:

ANDERSON DE ANDRADE BICHARA

Delegado de Polícia Federal

Mat. 10944

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA PF/AP

ANEXO I

1. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

1.1. Os seguintes requisitos descritos em seguida são exigidos:

1.1.1. Prazo de garantia: O Termo de Garantia Técnica fornecido pelo licitante deve conter, explícita e obrigatoriamente, as condições abaixo relacionadas:

- a) Garantia total dos bens por um período não inferior a 1 (um) ano, contados a partir da data de emissão, pela Superintendência da Polícia Federal no Amapá, do atestado de recebimento definitivo dos equipamentos, incluindo todos os custos de instalação, reparo e substituição do que se fizer necessário;
- b) Garantia total do serviço por um período não inferior a 6 meses, contados a partir da data de emissão, pela Superintendência da Polícia Federal no Amapá, do atestado de recebimento definitivo dos equipamentos, incluindo todos os custos de instalação, reparo e substituição do que se fizer necessário;
- c) Os equipamentos devem ser novos, sem uso anterior e estar na linha de produção do fabricante;
- d) Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou componentes nas instalações do fornecedor, os custos e a documentação necessária de envio dos mesmos ao fornecedor e devolução a Superintendência da Polícia Federal no Amapá, devidamente reparados, serão de total responsabilidade do fornecedor;
- e) A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de projeto, fabricação, instalação, montagem e desempenho dos equipamentos, software e acessórios envolvidos na implementação da solução;
- f) Os chamados deverão ser abertos através de número telefônico ou e-mail, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;
- g) Durante todo o período de garantia contratado, o serviço de suporte deverá ser suprido em regime de horário comercial para o objeto ofertado, incluindo chamados técnicos;
- h) O atendimento da garantia dos equipamentos deverá ser do tipo "on site", ou seja, no local onde os equipamentos estiverem instalados. Para o presente edital os equipamentos ofertados serão instalados em Macapá/AP.
- i) Prazo máximo de 30 dias corridos para determinação e solução dos problemas, incluindo reparo/substituição de componentes defeituosos, a partir da data e hora da notificação da Superintendência da Polícia Federal no Amapá à LICITANTE. As notificações somente ocorrerão no período de 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- j) Entende-se por término do atendimento a hora em que o equipamento for disponibilizado para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde estiver instalado, estando condicionado à aprovação do Contratante, conforme o caso.

1.1.2. **Documentação: serão aceitos os documentos a seguir relacionados como formas de comprovação, os quais deverão acompanhar a proposta, sob pena de desclassificação:**

- a) Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, em original ou cópia autenticada, não o sendo aceitos documentos impressos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;
- b) Documentos obtidos pela Internet no site do fabricante do hardware ou do software, cujas páginas deverão ser impressas com a indicação do endereço URL em que foram obtidas;
- c) Serão feitas diligências ao site do fabricante na fase de aceitação, com objetivo de analisar a compatibilidade técnica do produto apresentado em proposta / catálogo com as demais características solicitadas em edital. Atributos técnicos exigidos como obrigatórios e não comprovados na documentação técnica fornecida pela licitante, ou constantes no site oficial do fabricante poderão ser considerados não atendidos.
- d) Na fase de aceitação da proposta, o licitante deverá apresentar tabela comprobatória das características técnicas exigidas, informando a página do manual ou catálogo técnico de cada característica técnica; informar na proposta todos os itens que compõe o produto ofertado, incluindo acessórios software de gerenciamento e garantia, fabricante e descrição. A não inclusão na proposta, de qualquer um dos itens solicitados, fará com que a proposta esteja em desacordo com o Termo de Referência, acarretando na desclassificação da empresa proponente.
- e) O licitante obrigatoriamente deverá informar em campo eletrônico próprio do certame a MARCA e o MODELO do produto ofertado, sob pena de desclassificação da proposta caso não apresente tais informações.

1.1.3. **Qualificação técnica: Os seguintes documentos e declarações deverão ser apresentados pela licitante vencedora, sob pena de desclassificação. Cada declaração/atestado deve conter a respectiva razão social, o CNPJ e o endereço completo da licitante:**

- a) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o fornecimento e instalação de equipamento compatível em características com o objeto deste certame, para o item cotado.
- b) Declaração da contratada de que disponibilizará para a instalação dos equipamentos e a prestação da garantia, equipe técnica qualificada com responsável Engenheiro Eletricista ou Técnico registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços, devendo a qualificação ser comprovada quando da assinatura deste contrato.
- c) Antes do recebimento da proposta, recomendamos a presença do pretenso fornecedor do objeto, para que ele averigue as instalações físicas locais e avalie as condições para realização da instalação dos equipamentos.
- d) Após a visita mencionada, o representante do fornecedor assinará o termo de vistoria técnica. Nessa declaração, conforme modelo do Anexo II, constará que a licitante realizou a vistoria técnica e se cientificou das peculiaridades do local, das condições para a instalação dos equipamentos, das possíveis dificuldades, do padrão da instalação, para fins de elaboração da proposta e o devido cumprimento contratual. A vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, mediante prévio agendamento pelo telefone: (96) 3213-7500;
- e) Caso o fornecedor não realize a vistoria técnica, abdicar-se-á do direito de se cientificar das peculiaridades do local para a instalação dos equipamentos, e, se quiser participar do processo licitatório, assinará um termo de desistência de vistoria técnica, no qual declarará que está ciente da sua desistência e não poderá alegar dificuldades e se isentar da responsabilidade pela execução do contrato no valor total da proposta. Assim, assinará um termo de Desistência formal da Vistoria técnica, conforme modelo do Anexo III, renunciando do direito de se cientificar das peculiaridades do local, das condições para as instalações, declarando que está ciente e de que não será admitida qualquer futura alegação de dificuldades para a entrega dos equipamentos e para a prestação dos serviços complementares e que deverá assumir total responsabilidade pela execução do contrato no valor total ofertado.

1.1.4. **Instalação:**

- a) Faz parte do escopo do fornecimento a instalação dos equipamentos ofertados e dos softwares de gerenciamento, que deverá ser acompanhada por técnicos da equipe de manutenção da Superintendência da Polícia Federal no Amapá.
- b) Os equipamentos serão instalados na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá, localizada no entroncamento das rodovias Norte-Sul e BR-210, Bairro Infraero, Macapá/AP, CEP 68908-910 – Amapá/AP, sem quaisquer ônus para o DPF, incluindo:
 - i. Transporte horizontal e vertical até o local de sua ligação;

ii. Aferição e regulagens;

iii. Conexão do equipamento ao quadro existente, incluindo cabos, conexões e eletrocalhas, garantindo a total compatibilidade com os demais sistemas;

iv. Energização e testes operacionais, com fornecimento de relatório.

c) Os serviços de implantação correspondem a todas as atividades desenvolvidas pela Contratada para a efetiva instalação e configuração de toda a solução proposta até a sua efetiva operação, atendendo aos requisitos mínimos a seguir:

i. Elaboração de Cronograma Detalhado de Execução do objeto contratado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato.

ii. As configurações poderão ser feitas em horário comercial desde que não impliquem em interrupção dos serviços.

iii. A empresa vencedora deverá, quando da execução dos serviços, enviar com antecedência mínima de 48 horas, a relação de pessoal que irá realizar a sua execução.

Durante os trabalhos, todo o pessoal deverá utilizar crachá de identificação.

iv. Os serviços deste item devem ser realizados sob a supervisão de um profissional com certificação.

v. A execução do objeto deve estar concluída conforme os prazos máximos indicados no Termo de Referência.

d) A contratada fica responsável, caso entenda necessário, por vistoria prévia no local de instalação dos equipamentos, para verificação das condições ambientais, tais como climatização, acesso, espaço disponível, quadro elétrico de energia estabilizada, e demais itens necessários para a instalação e testes do equipamento (ambiente, escadas, largura de portas, etc.) e infraestrutura elétrica (entrada/saída, disjuntores, etc);

e) Para o recebimento dos equipamentos e autorização para instalação, deverão ser apresentados pela contratada todos equipamentos na presença de membros da engenharia indicados pela Superintendência da Polícia Federal no Amapá.

1.1.5. Testes:

a) Após a execução dos serviços, deverá ser realizado teste geral de atuação do sistema, estando o sistema em funcionamento normal e sem nenhuma pendência, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, válido por 30 dias. Após este período e verificada a ausência de qualquer falha no equipamento será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

b) Após os testes de aceitação, uma vez satisfeitas as condições impostas pelas normas de referências e pelas disposições desta especificação, e não existindo pendências impeditivas, serão autorizados a entregar os equipamentos e materiais, sem prejuízo das garantias estipuladas na documentação.

c) Caso na execução dos testes, haver queima de alguns componentes, placas e/ou equipamentos, caberá ao contratado a reposição dos mesmos. Também é responsabilidade do fornecedor reparar qualquer avaria nos equipamentos ou nas instalações da SR/PF/AP que venha a ocorrer em função da instalação dos equipamentos.

1.1.6. Treinamento: O proponente deverá fornecer treinamento para uma equipe mínima de 4 (quatro) pessoas, indicadas pela Contratante, nos procedimentos necessários ao bom uso do subsistema ofertado, com carga horária mínima de 08 horas em turma única com as seguintes características:

a) Intervenção emergencial por autoatendimento;

b) O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Superintendência da Polícia Federal no Amapá

c) A capacitação terá como base a utilização dos recursos nativos da central de incêndio e do uso de softwares fornecidos pelos respectivos fabricantes dos equipamentos, abrangendo pelo menos os seguintes tópicos:

i. Visão Geral do sistema de detecção e alarme de incêndio, incluindo todos os seus componentes;

ii. Visão geral de Hardware & Software da Central de incêndio;

iii. Log e Alertas, e;

iv. Gerenciamento de eventos.

V. Visão geral sobre a manutenção corretiva e preventiva no sistema.

d) *Os custos referentes ao curso de treinamento devem estar inclusos no fornecimento dos equipamentos* e deverão ser realizados após a execução do serviço.

e) Devem ser encaminhados com 15 dias de antecedência, em relação à data da primeira realização, o programa de atividades e os recursos necessários para a realização do curso de treinamento.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente, declaramos para fins de participação do processo licitatório para prestação de serviços técnicos, visando à Recuperação do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio, existente no prédio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Macapá, incluindo a entrega de equipamentos, instalação e garantia de funcionamento de no mínimo 12 meses (conforme Termo de Referência), que o(a) Sr. (a) _____, representante da empresa _____, CNPJ nº _____, situada no endereço _____ compareceu a Superintendência da Polícia Federal no Amapá, para se cientificar das peculiaridades do local para instalação dos equipamentos, da possíveis dificuldades, do padrão da instalação, para fins de elaboração da proposta e o devido cumprimento contratual.

_____, _____, de _____ de 2022.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

Nome: _____

Cargo: _____

RG: _____

OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto com a documentação de HABILITAÇÃO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente, a empresa _____, CNPJ nº _____, situada no endereço: _____, apresenta _____, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr. (a) _____, apresenta DESISTÊNCIA FORMAL DE VISITA TÉCNICA, para fins de participação do processo licitatório para prestação de serviços técnicos, visando à Recuperação do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio, existente no prédio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Macapá, incluindo a entrega, instalação e garantia de funcionamento de no mínimo 12 meses (conforme Termo de Referência), abdicando do direito de se cientificar das peculiaridades do local para a instalação dos equipamentos, e declara que está ciente e de que não será admitida qualquer futura alegação de dificuldades e que deverá assumir total responsabilidade pela execução do contrato no valor total da proposta.

_____, _____, de _____ de 2022.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

Nome: _____

Cargo: _____

RG: _____

OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto com a documentação de HABILITAÇÃO

Macapá-AP, 27 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**, **Agente de Polícia Federal**, em 07/02/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VICTOR MELO COUTINHO**, **Agente de Polícia Federal**, em 07/02/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26439399** e o código CRC **3F0F043B**.